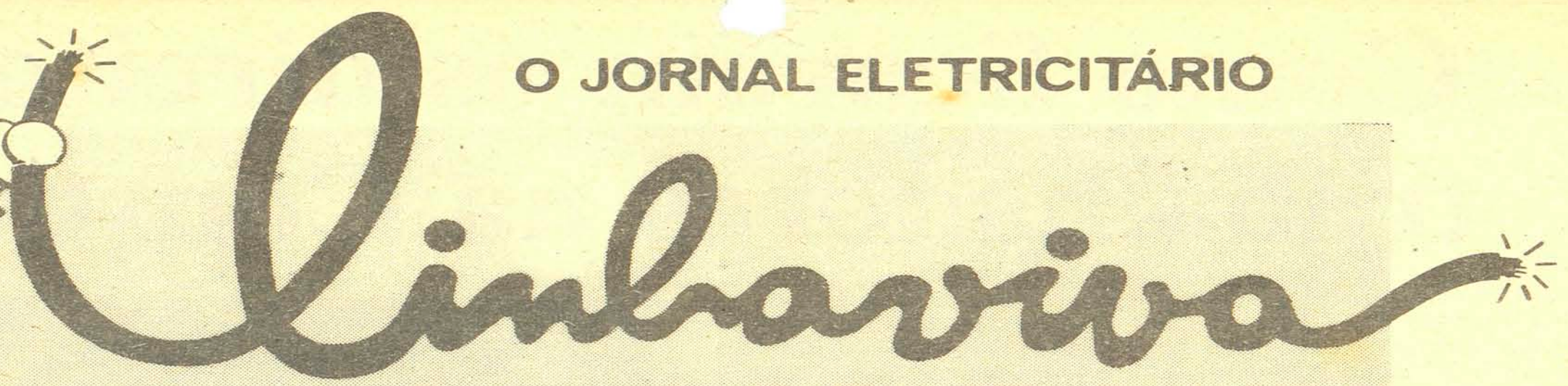
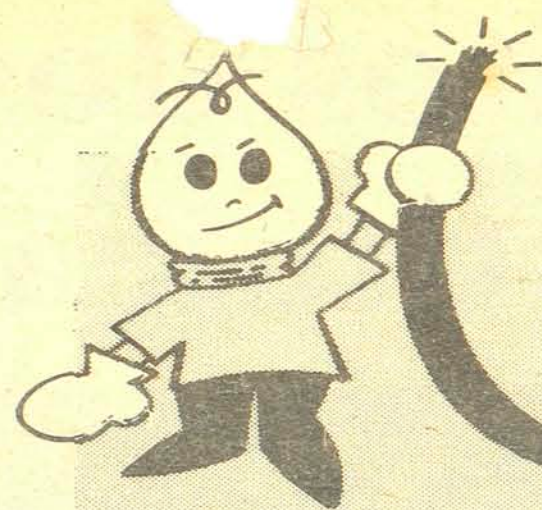




SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE Fpolis

JORN. RESP. DRT/RS 6166

ANO I N° 06 07/04/88

Em breve, a Intersindical/Base ELETROSUL divulgará um jornal abordando especificamente questões do Plano de Carreira da empresa, que está em vias de implantação. Um subsídio importante para debater questões que dizem respeito ao futuro da empresa e da carreira profissional de cada um.

ELETROSUL não responde questões do Acompanhamento de Acordo

A ELETROSUL ainda não respondeu à Intersindical sobre a maioria dos itens levantados pelos sindicatos na reunião de Acompanhamento de Acordo, contrariando o compromisso assumido na ocasião pela Comissão que representou a empresa. O único item respondido formal-

mente se refere ao desconto das URPs adiantadas no Acordo, que serão abatidas dos salários sob alegação de "falta de recursos" da Empresa.

Este fato revela, mais uma vez, os problemas que a Intersindical enfrenta trabalhando com uma Comissão de prepostos da Empresa.

CELESC não cumpre lei e demite reintegrados

Ser demitido e reintegrado pela Justiça e logo demitido novamente já é rotina para alguns empregados da CELESC, que desde o ano passado convivem com este tipo de pressão patrocinada pela diretoria da Empresa.

A CELESC deliberadamente não acata as decisões judiciais e tornou a demitir empregados que, em alguns casos, já obtiveram duas reintegrações na Justiça. Ainda não se tem o número exato de demissões de readmitidos, mas estima-se que serão 17, os restantes dos 59 que foram despedidos no ano passado e que ainda não desistiram de lutar na Justiça.

AFRONTA

A conduta assumida pela CELESC é de total desrespeito às leis, tentando negar na prática a Garantia no Emprego conquistada em Acordo Coletivo. Estes fatos, mais uma vez, salientam a importância de jamais se abrir mão da Garantia no Emprego, uma arma contra a prepotência e o autoritarismo tão usados na CELESC.



Governo recuou nas medidas, mas a mobilização deve continuar

Enquanto o presidente Sarney e seus ministros insistem em dizer que as estatais são deficitárias, vem à tona um escândalo sobre "benefício para empreiteiras", que concedeu reajustes retroativos para os fornecedores de obras em abril de 87. O decreto custou 660 milhões de dólares para os cofres públicos.

Dezenas de juristas se pronunciam na grande imprensa (especialmente na Folha de São Paulo) falando na inconstitucionalidade do decreto. Para as empreiteiras, benefícios. Para os empregados de estatais, arrocho.

DÉFICIT

Um governo que emite decretos deste tipo pode exigir produtividade das estatais? São decretos como estes que fazem com que várias estatais sejam deficitárias. Os favorecimentos como o que foi revelado são os verdadeiros responsáveis pelo déficit pú-

blico, não os salários que, em média, correspondem a 14% do orçamento das empresas.

MOBILIZAÇÃO

A mobilização dos empregados de estatais acabou por retardar as medidas econômicas que seriam adotadas contra o setor. Contudo, ainda falta muita mobilização. Pelo menos foi esta a avaliação da Coordenação Nacional de Luta nas Estatais, composta pela CUT e a CGT, que constatou um nível de organização que ainda deixa a desejar.

A LUTA CONTINUA

O recuo do governo foi tático. As medidas vão ser aplicadas, e isso exige que a mobilização continue e avance. A Coordenação Nacional de Lutas nas Estatais, definiu o dia 7 de abril como dia de luta nas estatais, contra a privatização e o arrocho. Foi indicada a criação de fóruns regionais de debate sobre as estatais.

Plenária discute luta unificada

Uma Plenária Intercategorias vai discutir um plano de lutas e um calendário que unifique as diversas categorias da Grande Florianópolis para levar lutas em comum, com a mobilização de trabalhadores de diversas áreas. A reunião será dia 07/04, no auditório do Conselho Regional de Contabilidade (Felipe Schmidt, 27, 9º andar). A iniciativa é da CUT/Fpolis, e faz parte do processo de deflagração de uma campanha nacional de lutas encabeçada por essa central.

PARTICIPAÇÃO

O coordenador nacional do DIEESE, Walter Barelli, estará presente na plenária para fazer uma exposição inicial sobre a atual conjuntura.

Esta plenária ganha importância especial neste momento de profunda crise, em que o governo prepara um novo pacote econômico para confiscar salário e avançar contra as estatais.

A plenária é aberta a todos os trabalhadores. **Participe!**

Na próxima semana circulará mais uma edição do jornal LUTA URBANITÁRIA, publicado pela Intersindical Urbanitária de Santa Catarina. Em razão disto, n° 07 do LINHA VIVA sairá somente no dia 20.

Faltou uma coisa

Vitor S. Schmidt
Presidente do Sind. Eletricitários Fpolis

tes da necessidade presente de articulação com os outros sindicatos brasileiros, no sentido de mudar a política econômica e salarial vigente, mas não aprovamos a única proposta que viabiliza esta articulação: a **filiação a uma Central Sindical**.

O argumento principal contra a nossa filiação a uma central foi a questão da política partidária no meio sindical. Sobre isso, acho que é necessário refletir. Diria que **este argumento é falso**, reconhecendo no entanto, que a luta sindical é uma luta eminentemente política. Numa sociedade como a nossa, dividida em classes diferentes, o poder de Estado não é neutro, e sim, exercido pelas classes dominantes. Logo, a política econômica e social, salarial, cultural, etc... é determinada do ponto de vista destes setores dominantes do Estado. A ação sindical é um tipo de ação que deverá se contrapor à política vigente, porque é resultado da insatisfação e injustiça existentes. Quando o Sindicato faz isso, é óbvio que está fazendo política, não política partidária, mas uma política classista dos trabalhadores.

Ora, a Central Sindical é apenas mais um passo a frente na nossa organização sindical, e deverá se posicionar, nos aspectos políticos, da mesma forma que os sindicatos.

Quanto aos partidos políticos, estes vão apoiar ou não as medidas do movimento sindical e as organizações sindicais na medida em que se sintam contemplados com a postura deste organismo. Não há problema algum de partidos apoiarem o movimento sindical, os sindicatos e as centrais sindicais. O problema existiria se fosse feito o contrário, ou seja, um Sindicato apoiar um partido político. Aí, estaria apoiando apenas um segmento de sua base sindical, que é composto pelos simpatizantes de determinada sigla.

Isso não existe no nosso Sindicato, nem nas centrais sindicais, embora tenha a certeza de que vários partidos políticos gostem de nossa postura.

A decisão da Assembléia precisa ser melhor discutida. Não podemos ser apenas contra alguma coisa, temos que ter a nossa proposta. Vale dizer que **faltou uma coisa**.

Periculosidade:

Vitória dos trabalhadores

O presidente da 1ª Junta de Conciliação de Justiça, Juiz Luiz Fernando Cabeda, julgou e deu ganho de causa a dois processos de periculosidade movidos por dois empregados da CELESC, que tiveram interrompido o recebimento deste adicional no período de 01/87 a 08/87.

Baseado no argumento de que as condições de trabalho permanecem as mesmas, o Juiz

determinou o pagamento do adicional de periculosidade permanente e, ainda, que fosse

feito com base na remuneração total, excluindo-se apenas o salário-família.

DENTISTA CONVENIADOS

Rodney da Cunha — Av. Rio Branco, 144, sala 12
Mario Gabriel Abreu — Pres. Coutinho, 41, fone: 22-1194
Rosana Machado da Cunha — Felipe Schmidt, 27, sala 711
DESCONTOS de 35% em serviços gerais e 25% em prótese



A Assembléia Geral do dia 28/03 teve, sem dúvida, um mérito muito grande: ficou claro que a estrutura sindical brasileira não serve aos interesses dos trabalhadores, especialmente porque é atrelada ao Estado, através do Ministério do Trabalho, e é corporativa, ou seja, subdivide os trabalhadores no maior número possível de segmentos, tentando destruir seu maior potencial que é a unidade de todos os segmentos na hora da ação.

Este tipo de conclusão passou pela cabeça de praticamente todos os presentes naquela Assembléia. Como medida prática contra a atual estrutura sindical foi aprovada a desfiliação do Sindicato da Federação Nacional dos Urbanitários. Isto representa que não ficamos só no discurso, estamos, na prática, combatendo a estrutura sindical.

Porém, como dirigente sindical, me fica uma grande preocupação: aprovamos medidas contra a atual estrutura sindical, o que é correto, mas não aprovamos nada que construa uma nova estrutura em seu lugar. Logo, neste momento, somos como uma ilha isolada do sindicalismo brasileiro. Estamos conscien-

MOVIMENTO

Jornada de trabalho: foi aprovada jornada de trabalho de 44 horas semanais, resguardado o direito de compensação de horários, limite de 8 horas diárias e a possibilidade de reduzir a jornada em Acordos Coletivos. Para quem trabalha

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Esgotos Saneamento de Florianópolis

Florianópolis, 04 de Abril de 1988
corresp. nº 054/88

Florianópolis, 04 de Abril de 1988
corresp. nº 054/88

lmo. Sr.
Nogert Wiest
D.D. Presidente da Centrais Elétricas de
Santa Catarina S/A. - CELESC -
N e s t a

Senhor Presidente.

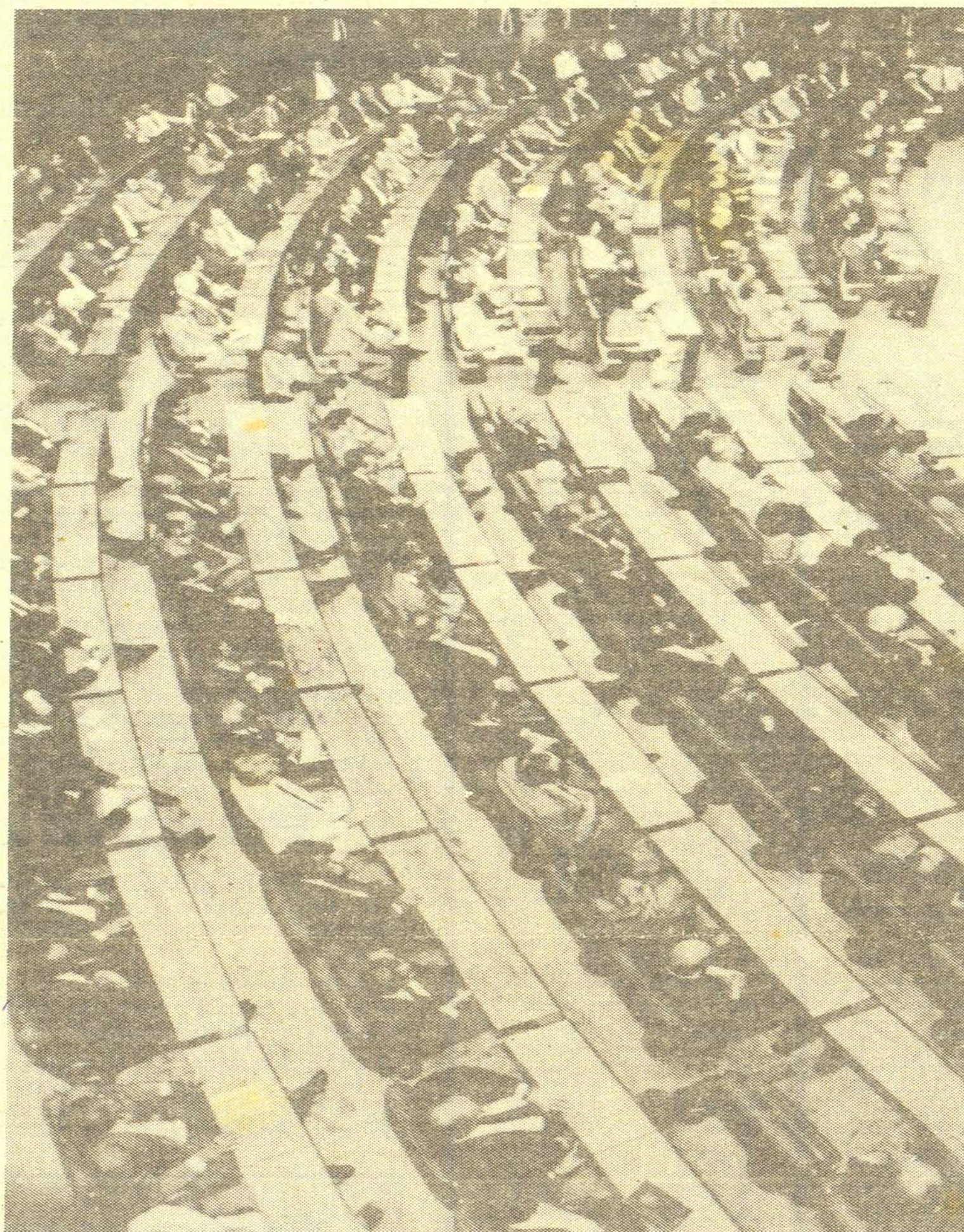
Considerando que o Tribunal Superior do Trabalho decidiu no último dia 03 de Fevereiro que todos os empregados da CELESC têm direito a produtividade de 4% (quatro por cento), a incidir sobre salário de 14 de Outubro de 1984, com reflexos em FG e GR (certidão de Julgamento publicada no Diário da Justiça da União de 07/03/88, em anexo);

Considerando que a decisão do TST é definitiva e irrecoerível - a decisão foi proferida pelo Pleno, última instância da Justiça do Trabalho.

Considerando que a matéria ora enfocada preocupa a todos os empregados da CELESC, a InterSindical solicita uma reunião com a direção da Empresa, no sentido de conhecer a forma como a Empresa efetuará o pagamento deste direito.

Finalmente, tendo em vista o grande clima de ansiedade reinante nesta categoria, solicitamos que essa reunião seja realizada ainda nesta semana.

Saudações Sindicais.



O cálculo de salário mínimo é feito em cima do orçamento familiar, baseada no que a constituição prevê como necessário para uma família com dois filhos se manter. A alimentação deve somar 38,95% do salário. A partir do valor da cesta básica, calcula-se através de uma regra de três, o valor do salário mínimo real.

Mais eleições nos sindicatos. Dessa vez foi no Sindicato dos Bancários de Blumenau. As eleições ocorreram ontem, dia 06/04, mas até o fechamento dessa edição não se tinha o resultado. A chapa de oposição é do Movimento de Oposição Bancária de Blumenau — MOB.

INDICADORES DO DIEESE

1 a 3 Salários -	15,26%
1 a 5 Salários -	15,44%
1 a 30 Salários -	16,59%

- Cz\$ 2.855,12

- Cz\$ 25.781,82